

Informação e informática em saúde: necessidade de rupturas criativas?

Nas sociedades contemporâneas, o campo temático 'informação e informática em saúde' (IIS) se constitui em uma das áreas de desenvolvimento teórico, metodológico e tecnológico de crescente importância. Entretanto, no Brasil, sua incorporação na *práxis* da saúde não acompanha a mesma velocidade e dinamismo, quando se analisa a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua pouca "apropriação" por parte de gestores, profissionais, conselhos de saúde e a população, como também no âmbito das instituições de ensino e pesquisa.

Compartilhar reflexões sobre essa questão é a proposta desse número temático. Sua contribuição consiste em problematizar a IIS como estratégica à *práxis* em saúde e à democracia, abordando dimensões não suficientemente debatidas. Interrogações epistemológicas, históricas, políticas e econômicas são construídas a partir do diálogo com diferentes saberes como direito, epidemiologia, sociologia, gestão, engenharia, planejamento e pedagogia, em suas interseções com a Saúde. Portanto, tem a perspectiva de ir além de uma visão tecnicista – instrumental e adotar uma abordagem transdisciplinar.

Procura-se evidenciar complexas dobraduras e interseções de saberes necessários para a compreensão das práticas e dos marcos referenciais da IIS na *atualidade* do Brasil, cômicos de que apenas tangencia-se a magnitude de questão vital para a melhoria da saúde e a diminuição de suas desigualdades, com uma amostra de temas que precisam ser intensivamente incluídos na Agenda Política do SUS e na pauta de C&T em Saúde.

Os artigos, em um primeiro bloco, discutem o conhecimento relacionado à IIS; sua importância no processo de formação em política de saúde; metodologias de compartilhamento de conteúdos em redes, com proposta de uma base tecnológica para a formação profissional no SUS; e a contribuição do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, enquanto espaço dialógico entre governo, C&T e sociedade. Um segundo grupo de artigos discute a busca do justo equilíbrio entre a proteção individual e o desenvolvimento coletivo, tendo como objeto os bancos de dados epidemiológicos; o desafio de avaliar a qualidade das estatísticas vitais; e a pouca utilização das informações para o gerenciamento ético do cuidado em saúde. Como fecho, há uma reflexão conceitual sobre desigualdades sociais e iniquidades em saúde e a necessidade de novas informações e outros níveis de decupagem do tecido social para a análise das relações entre segregação socioespacial, pobreza e promoção da saúde. No artigo de 'opinião', é debatida a importância da apropriação das informações pelos Conselhos de Saúde, em um contexto de inconsistência de uma cultura política democrática e de persistência de uma tradição autoritária.

As reflexões suscitam a pergunta: para (re) pensar esse campo temático, tão caro aos interesses empresariais e de intensa acumulação econômica, se faz necessária alguma ruptura na tradição do pensamento gerado na área da saúde? Conclui-se que as propostas precisam estar ancoradas na criatividade e em alternativas que respondam a demandas de sujeitos históricos e de uma sociedade mais justa e equânime. Trata-se de uma tarefa coletiva, de um ato político que articula informação – conhecimento – ação crítica com o pensamento utópico.

Ilara Hämmerli Sozzi de Moraes, Miguel Murat Vasconcellos

Editores convidados